

TRANSPARÊNCIA BRASIL

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Transparência Brasil

A/C: Diretores

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Transparência Brasil (Entidade) que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transparência Brasil, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

Reconhecimento e Mensuração do Trabalho Voluntário

A Entidade não efetuou o reconhecimento e mensuração dos valores referentes ao trabalho voluntário. Conforme disposto na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, o trabalho voluntário, inclusive dos membros integrantes dos órgãos da administração, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Os valores apurados devem constar na Demonstração de Resultado do Exercício em conta de Receita em contrapartida ao Custo. Essas informações também devem constar em notas explicativas.

Passivo Contingente de ITCMD

Não foi identificado durante a auditoria o pagamento de ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação) sobre os valores recebidos a título de doação - conforme artigo 4 da Lei Estadual 10.705/2000. Esta observação se faz relevante uma vez que tal rubrica representa a totalidade das receitas da Entidade.

Reconhecimento de Doação

A Entidade registra no resultado, sob regime de caixa, os valores vinculados a custeio de despesas de projetos em desacordo com a norma NBC T 07 - (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, que determina que os valores recebidos, para execução de projetos, sejam registrados em conta específica no passivo até que as despesas vinculadas a estes sejam realizadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Concentração da Receita

Constatamos que a Receita da Entidade está concentrada 71% em doações recebidas da Google, possuindo assim uma alta dependência para manutenção e continuidade das suas atividades e equilíbrio econômico-financeiro.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da Transparência Brasil, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e o demonstrativo de fluxo de caixa, foram auditadas por nós, e emitido relatório dos auditores independentes com ressalvas quanto a falta de comparabilidade, remuneração da diretora executiva, reconhecimento e mensuração do trabalho voluntário e ao passivo contingente de ITCMD, datado de 31/01/2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação aos eventos ou às circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, dentre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 27 de Abril de 2017.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Lincoln Diones Martins".

Lincoln Diones Martins

Contador - CRC/SP 1SP2276386/O-3

Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.

CRC 2SP010626/O-4

Transparência Brasil
Demonstração do Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016
Em reais

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	747.181	83.974	Fornecedores	7	156.648	31.026
Tributos a recuperar		-	250	Tributos a pagar		93	502
Adiantamentos a Fornecedor		10.500	215			156.741	31.528
Outros Créditos	4	3.407	28.407				
		761.088	112.846	Total do passivo		156.741	31.528
Ativo não circulante				Patrimônio Social			
Imobilizado	5	7.407	1.891	Patrimônio Social	8	99.029	96.600
Intangível	6	15.820	15.820	Superávit Acumulados		528.545	2.429
		23.227	17.711			627.574	99.029
Total do Ativo		784.315	130.557	Total do Passivo e Patrimônio Social		784.315	130.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016
Em reais

	Nota	2016	2015
Receitas Operacionais	9		
Doações		1.120.780	440.354
Superávit bruto		1.120.780	440.354
Despesas com Pessoas Jurídicas	10	(473.484)	(348.330)
Despesas gerais e administrativas		(113.425)	(86.543)
Superávit Operacional		533.871	5.481
Receitas financeiras		2.620	-
Despesas financeiras		(7.946)	(3.052)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(5.326)	(3.052)
Superávit líquido do exercício		528.545	2.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016
Em reais

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit Acumulado	Total
Em 31 de Dezembro de 2014	95.362	1.238	96.600
Superávit / Déficit do Exercício	-	2.429	2.429
Aumento do Patrimônio Social	1.238	(1.238)	-
Em 31 de dezembro de 2015	96.600	2.429	99.029
Superávit / Déficit do Exercício	-	528.545	528.545
Aumento do Patrimônio Social	2.429	(2.429)	-
Em 31 de dezembro de 2016	99.029	528.545	627.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016
Em reais

	2016	2015
Superávit / (Déficit) antes do IRPJ e da CSLL	528.545	2.429
Depreciação e amortização	1.184	1.742
Superávit / (Déficit) ajustado	529.729	4.171
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamentos	(10.285)	(215)
Outros (créditos) obrigações, líquidos	25.000	(22.997)
Fornecedores	125.622	31.026
Obrigações Fiscais e Tributárias	(158)	252
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	669.908	12.237
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(6.700)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(6.700)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	663.208	12.237
Caixa e equiv. De caixa no início do período	83.973	71.736
Caixa e equiv. De caixa no fim do período	747.181	83.973
Variação no caixa e equivalente de caixa	663.208	12.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Transparência Brasil é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público, por meio da edificação da integridade do Estado brasileiro, e o combate a corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático. É pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) conforme disposto nos termos da Lei 9.790/99.

Para cumprimento de suas finalidades a Transparência Brasil observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Estabelecer redes, parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, poder público e outras entidades, facilitando a atuação desses órgãos e da sociedade civil, no âmbito nacional e internacional;
- Participar da criação, organização e atuação de entidades locais, internacionais e fóruns que tenham como objetivo a promoção do combate a corrupção;
- Apoiar pessoas, grupos, movimentos e organizações que lutam por reformas institucionais e conscientização pública;
- Estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas e atitudes privadas, evitando-se o uso indevido do Poder Público para benefício privado;
- Organizar e divulgar dados sobre a corrupção nas diversas esferas de governo e no setor privado;
- Propor medidas para a defesa do interesse público;
- Promover palestras, debates e encontros com outras instituições sobre o combate a corrupção, bem como estimular a participação dos associados em conferências e fóruns internacionais;
- Ajudar órgãos e entidades ligadas ao Poder Público no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos de combate a corrupção;

- Divulgar e comunicar informações sobre o trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil e outras entidades, além de projetos governamentais de combate a corrupção;
- Desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 15 de Abril de 2017, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, as quais estão previstas na Interpretação "ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros" aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12 e alterações ITG 2002 R1. Naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002, a Entidade aplicou a NBCTG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas aprovada pela Resolução CFC Nº 1.255/09.

2.2. Principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Uso de estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

São os valores que incluem caixa e equivalentes, saldos positivos em contas bancárias em movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data de 31/12/2016, não ultrapassando o valor de mercado.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 5.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado e compreendem receita com juros de aplicações financeiras e despesas bancárias diversas e outros encargos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	2016	2015
Caixa	-	899
Bancos - Conta Movimento	10	135
Aplicações Financeiras	747.171	82.939
Aplicação Itaú Plus DI	9.485	47.251
Aplicação Itaú Automática	737.686	35.688
Total	747.181	83.973

4. Outros Créditos

Representado por:

	2016	2015
Adiantamentos de Viagens	3.407	3.407
Abril Comunicações S/A	-	25.000
Total	3.407	28.407

5. Imobilizado

Representado por:

	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Informática	Total
Saldo em 31/12/2015	708	1.183	-	1.891
(+) Aquisições	-	-	6.700	6.700
(-) Depreciação/Amortização	(352)	(497)	(335)	(1.184)
Saldo em 31/12/2016	356	686	6.365	7.407

A Entidade, no exercício de 2016, ao revisar as estimativas de vidas úteis e valores residuais dos bens do seu ativo imobilizado, constatou que não houve diferenças significativas. Dessa forma, foi mantida a mesma taxa de depreciação anual praticada no exercício social de 2015.

6. Intangível

Representado por:

	Marcas e Patentes	Licenças de Uso de Software	Total
Saldo em 31/12/2015	15.820	-	15.820
(-) Amortização	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	15.820	-	15.820

Transparência Brasil
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016
 Em reais

Os ativos intangíveis foram avaliados a fim de se identificar qualquer perda por Recuperabilidade. Para o exercício social de 2016 a amortização do item "Licenças de Uso de Software" representa o registro de perda para redução ao valor recuperável.

7. Fornecedores

Representado por:

	2016	2015
Serviços tomados PJ	47.552	20.338
GWA Assessoria Serviços Informática	1.060	1.060
Escritório Contábil Orgatécnica	1.980	2.020
Vivo Telefonia	1.149	959
Vitória Marques Lorente	-	800
BDO RCS Auditores e Consult. Ltda.	-	3.831
HUB REDE de Inovação Social Ltda.	2.983	1.840
REC SS Tirad Emp SA	260	178
Lia Canotilho Logarezzi	4.239	-
Jessica Voigt Quintino Pereira	5.000	-
Olimpia Pavoni Rodrigues Neta	92.425	-
Total Fornecedores	156.648	31.026

8. Patrimônio Social

O Patrimônio social da Entidade é formado pelos resultados acumulados desde a data de sua fundação. O saldo da conta superávit acumulado é incorporado ao Patrimônio Social por deliberação da Assembleia Geral no exercício seguinte.

9. Receitas Operacionais

Representado por:

	2016	2015
Doações de Pessoas Jurídicas	952.330	11.000
Receita Financeira	-	3.917
Doações Abril	104.440	342.760
Doações de Pessoas Físicas	64.010	61.240
Doações do Exterior	-	21.437
Total da Receita	1.120.780	440.354

10. Despesas com Pessoas Jurídicas

Representado por:

	2016	2015
Diretor Executivo	(108.512)	(166.448)
Secretaria	(55.244)	(31.014)
Consultoria	-	(10.413)

Transparência Brasil
Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro 2016
Em reais

Coordenador de Projetos	(228.682)	(3.000)
Redatores	(57.502)	(26.960)
Gerente Administrador	-	(78.502)
Contador	(17.544)	(15.666)
Auditoria	(6.000)	(16.327)
Total de Despesas com Pessoas Jurídicas	(473.484)	(348.330)

11. Outros Assuntos

Em decorrência de seu enquadramento como Entidade sem fins Lucrativos, a Transparência Brasil goza de benefícios como isenção de Imposto de Renda e Contribuição Social, pagamento do PIS calculado à 1% sobre a folha de pagamento e isenção do pagamento da COFINS sobre as atividades próprias.